

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998  
 Balanço Patrimonial - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC Zona Leste - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

**SPDM - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC Zona Leste**

CNPJ nº 61.699.567/0015-98



**Nota da Administração**

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **CEAC Zona Leste - Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da

associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

**Demonstração de Resultado do Exercício encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|  | 2016                 | 2015                 |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições</b>          | <b>34.872.814,22</b> | <b>31.734.483,71</b> |
| Secretaria de Saúde do Estado (nota 4.1)                           | 29.751.582,37        | 27.710.429,22        |
| Trabalho Voluntário (nota 10)                                      | 7.660,22             | 9.028,13             |
| Descontos Recebidos  | 489.705,62           | 18.213,12            |
| Financeiras  | 547.282,68           | 250.094,41           |
| Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)              | 3.184.035,84         | 2.915.405,96         |
| Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.2)                              | 892.547,49           | 831.312,87           |
| <b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>                          | <b>48.158,13</b>     | <b>900,54</b>        |
| Doações Recebidas (nota 4.3)                                       | 48.158,13            | 900,54               |
| <b>(=) Receita Líquida com Restrições Custos e Despesas</b>        | <b>34.920.972,35</b> | <b>31.735.384,25</b> |
| <b>(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (nota 4.2)</b> | <b>25.787.206,07</b> | <b>18.433.472,65</b> |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio                                     | 9.203.507,67         | 8.185.590,60         |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica                           | 5.651.009,93         | 1.797.911,90         |
| (-) Manutenção e Conservação                                       | -                    | 578.455,72           |
| (-) Mercadorias  | 9.010.097,18         | 7.871.514,43         |
| (-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)          | 1.922.591,29         | -                    |
| <b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições</b>                  | <b>9.133.766,28</b>  | <b>13.301.843,74</b> |
| <b>(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 4.2)</b>         | <b>8.711.401,31</b>  | <b>13.301.911,60</b> |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio                                     | 4.563.407,85         | 4.253.127,61         |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica                           | 1.671.384,23         | 4.825.376,40         |
| (-) Manutenção e Conservação                                       | -                    | 33.572,79            |
| (-) Mercadorias  | 161.877,81           | 301.152,66           |
| (-) Financeiras  | 11.842,20            | 12.274,86            |
| (-) Tributos   | 141.236,96           | 120.660,32           |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)          | 1.261.444,55         | 2.915.405,96         |
| (-) Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.2)                          | 892.547,49           | 831.312,87           |
| (-) Trabalho Voluntário (nota 10)                                  | 7.660,22             | 9.028,13             |
| <b>(-) Outras Despesas</b>   | <b>422.364,97</b>    | <b>-</b>             |
| (-) Outras Despesas Financeiras                                    | 150.039,76           | -                    |
| (-) Outras Despesas  | 272.325,21           | -                    |
| <b>(=) Superávit/Déficit com Restrições</b>                        | <b>-</b>             | <b>-</b>             |

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais**

|   | 2016                 | 2015                 | PASSIVO   | 2016                 | 2015                 |
|---|----------------------|----------------------|---|----------------------|----------------------|
| <b>ATIVO</b>  |                      |                      | <b>Passivo Circulante</b>   | <b>20.115.520,48</b> | <b>40.648.493,51</b> |
| <b>Ativo Circulante</b>   | <b>20.215.520,48</b> | <b>40.748.493,51</b> | Fornecedores (nota 3.8)   | 838.018,05           | 1.117.552,96         |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>  | <b>4.875.198,57</b>  | <b>2.931.223,06</b>  | Serviços de Terceiros (nota 3.9)                                    | 626.546,23           | 355.257,18           |
| Bancos Conta Movimento (nota 3.1)   | 5.161,13             | 8.246,43             | Salários a Pagar (nota 3.10)  | 684.803,17           | 629.338,00           |
| Aplicações Financeiras (nota 3.2)   | 4.870.037,44         | 2.922.976,63         | Contribuições a Recolher (nota 3.11)                                | 187.643,03           | 184.708,26           |
| <b>Contas a Receber (nota 3.3)</b>  | <b>14.180.158,24</b> | <b>36.718.378,64</b> | Provisão de Férias (nota 3.12)                                      | 1.176.397,13         | 1.040.106,28         |
| Valores a Receber - Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (nota 3.3.1) | 11.266.050,16        | 34.198.571,78        | Provisão de FGTS sobre Férias (nota 3.12)                           | 93.991,91            | 83.208,50            |
| Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)                              | 2.914.108,08         | 2.519.806,86         | Provisão de PIS sobre 13º Salário e Férias                          | 11.763,92            | -                    |
| <b>Outros Créditos</b>  | <b>117.691,74</b>    | <b>122.240,14</b>    | Provisão de Despesas com Quitações                                  | 2.914.108,08         | 2.519.806,86         |
| Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)                                   | 52.711,79            | 48.984,04            | Empréstimo a Funcionário Lei nº 10.820/03 (nota 3.15)               | 24.147,61            | 12.704,68            |
| Antecipações Salariais  | 1.042,13             | 819,62               | Impostos a Recolher (nota 3.13)                                     | 182.008,74           | 144.498,38           |
| Antecipação de Férias (nota 3.4.2)  | 60.200,21            | 64.369,99            | Obrigações Tributárias (nota 3.14)                                  | 39.920,39            | 36.096,15            |
| Outros Créditos e Adiantamentos   | 466,61               | 4.795,49             | Outras Contas a Pagar (nota 3.16)                                   | 149.494,31           | 226.113,84           |
| Dépósito Judicial   | 3.271,00             | 3.271,00             | Outros Valores de Terceiros (nota 3.18)                             | -                    | 1.186,52             |
| <b>Estoques (nota 3.5)</b>  | <b>1.035.711,86</b>  | <b>969.066,23</b>    | Valores Transitáveis  | 31.059,57            | -                    |
| Estoque Materiais e Medicamentos (nota 3.5)                                 | 1.035.711,86         | 969.066,23           | Valores a Realizar - Contrato/Convênio (nota 3.17)                  | 13.155.618,34        | 34.297.915,90        |
| <b>Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.6)</b>                            | <b>6.760,07</b>      | <b>7.585,44</b>      | <b>Passivo não Circulante</b>                                       | <b>960.728,42</b>    | <b>8.778.724,39</b>  |
| Prêmios de Seguro e Outros a Vencer (nota 3.6)                              | 6.760,07             | 7.585,44             | Provisão Despesa Processos Cíveis (nota 3.19)                       | 100.000,00           | 100.000,00           |
| <b>Ativo não Circulante</b>   | <b>860.728,42</b>    | <b>8.678.724,39</b>  | Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7)                                 | 1.799.355,55         | 1.500.630,34         |
| <b>Valores a Receber</b>  | <b>-</b>             | <b>7.953.570,48</b>  | Ajustes Vida Útil Econômica - Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7.1) | (938.627,13)         | (775.476,43)         |
| Valores a Receber - Contrato/Convênio                                       | -                    | 7.953.570,48         | Valores a Realizar - Contrato/Convênio                              | -                    | 7.953.570,48         |
| <b>Ativo Imobilizado</b>  | <b>841.955,10</b>    | <b>725.153,91</b>    | <b>Total do Passivo</b>   | <b>21.076.248,90</b> | <b>49.427.217,90</b> |
| <b>Bens de Terceiros</b>  | <b>841.955,10</b>    | <b>725.153,91</b>    | <b>Patrimônio Líquido (nota 5)</b>                                  | <b>-</b>             | <b>-</b>             |
| Bens de Terceiros (nota 3.7)  | 1.772.955,55         | 1.500.630,34         | Resultado no Exercício  | -                    | -                    |
| Ajustes Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros (nota 3.7.1)                | (931.000,45)         | (775.476,43)         | <b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>                     | <b>21.076.248,90</b> | <b>49.427.217,90</b> |
| <b>Ativo Intangível</b>   | <b>18.773,32</b>     | <b>-</b>             |   |                      |                      |
| Intangível Próprio  | 26.400,00            | -                    |   |                      |                      |
| Ajustes Vida Útil Econômica - Intangível Terceiros                          | (7.626,68)           | -                    |   |                      |                      |
| <b>Total do Ativo</b>   | <b>21.076.248,90</b> | <b>49.427.217,90</b> |   |                      |                      |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|  | 2016                | 2015                |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>                                     |                     |                     |
| <b>Resultados do Exercício/Período</b>   | <b>-</b>            | <b>-</b>            |
| <b>Variáveis nos Ativos e Passivos</b>   |                     |                     |
| (Aumento) Redução em Contas a Receber  | 30.497.164,65       | 8.331.245,67        |
| (Aumento) Redução em Estoques  | (67.832,15)         | (57.205,25)         |
| Aumento (Redução) em Fornecedores  | (213.829,69)        | 325.174,79          |
| Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões  | (28.271.527,30)     | (7.852.821,37)      |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros   | (135.574,51)        | (111.997,14)        |
| <b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais</b> | <b>2.079.550,02</b> | <b>634.396,70</b>   |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>                                 |                     |                     |
| (-) Adição de Bens de Terceiros  | (135.574,51)        | 111.997,14          |
| <b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas) Atividades de Investimentos</b> | <b>(135.574,51)</b> | <b>111.997,14</b>   |
| <b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa Provenientes das Atividades Operacionais</b>     | <b>1.943.975,51</b> | <b>746.393,84</b>   |
| <b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>                              | <b>1.943.975,51</b> | <b>746.393,84</b>   |
| <b>No Início do Período</b>  | <b>2.931.223,06</b> | <b>2.184.829,22</b> |
| <b>No Final do Período</b>   | <b>4.875.198,57</b> | <b>2.931.223,06</b> |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Comparativo de Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|   | 2016                 | 2015                 |
|---|----------------------|----------------------|
| <b>Descrição</b>  | <b>33.883.984,05</b> | <b>31.467.076,72</b> |
| <b>1- Receitas</b>  | <b>29.759.242,59</b> | <b>27.710.429,22</b> |
| 1.1) Prestação de Serviços  | -                    | -                    |
| 1.2) Subvenções e Outras Receitas Operacionais                    | -                    | -                    |
| 1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício anterior  | 48.158,13            | 900,54               |
| 1.4) Isenção Usufruída sobre Contribuições                        | 4.076.583,33         | 3.755.746,96         |
| <b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS E IPI)</b>    | <b>15.830.608,65</b> | <b>14.476.107,77</b> |
| 2.1) Matérias-Primas Consumidas                                   | -                    | 32.792,87            |
| 2.2) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de Serviços  | 9.010.097,18         | 8.139.874,22         |
| 2.3) Serviço de Terceiros e Outros                                | 6.548.186,26         | 6.303.440,68         |
| 2.4) Perda/Recuperação de Valores Ativos                          | 272.325,21           | -                    |
| <b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>                           | <b>18.053.375,40</b> | <b>16.990.968,95</b> |
| <b>4 - Retenções</b>  | <b>-</b>             | <b>-</b>             |
| 4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão                          | -                    | -                    |
| <b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b> | <b>18.053.375,40</b> | <b>16.990.968,95</b> |
| <b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>             | <b>1.036.988,30</b>  | <b>268.307,53</b>    |
| 6.1) Receitas Financeiras   | 1.036.988,30         | 268.307,53           |
| <b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>                           | <b>19.090.363,70</b> | <b>17.259.276,48</b> |
| <b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>                       | <b>19.090.363,70</b> | <b>17.259.276,48</b> |
| 8.1) Pessoal e Encargos   | 13.774.575,74        | 12.438.718,21        |
| 8.2) Impostos, Taxas e Contribuições                              | 141.236,96           | 120.660,32           |
| 8.3) Juros  | 61,08                | 12.274,86            |
| 8.4) Aluguéis   | 947.866,83           | 931.876,13           |
| 8.5) Isenção Usufruída sobre Contribuições                        | 4.076.583,33         | 3.755.746,96         |
| 8.6) Financeiras  | 150.039,76           | -                    |
| 8.7) Déficit ou Superávit do Exercício                            | -                    | -                    |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

**2.1. Formalidades da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** Razão Social: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Nome Fantasia - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC - Zona Leste.** Endereço - Rua Jequitinhonha, 444 - Belenzinho - São Paulo - SP CEP 03021-040 - CNPJ -

nº 61.699.567/0015-98. **3. Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

|                               | R\$                 |                     |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|
|                               | 31.12.2016          | 31.12.2015          |
| Saldos em Bancos              | 5.161,13            | 8.246,43            |
| Saldos Aplicações Financeiras | 4.870.037,44        | 2.922.976,63        |
| <b>Total</b>                  | <b>4.875.198,57</b> | <b>2.931.223,06</b> |

Os recursos financeiros disponíveis para o CEAC LESTE são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 4.875.198,57 conforme demonstrado no quadro acima. **3.2. Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM, para melhor visualização segue quadro demonstrativo.

| Financeira      | Tipo de Aplicação (*) | Taxa % | 31.12.2016          |
|-----------------|-----------------------|--------|---------------------|
| Banco do Brasil | CDB/BB Realização     | 0,79%  | 4.553.224,15        |
|                 | Poupança              | 0,69%  | 10.233,70           |
| Bradesco        | CDB/Letras Bradesco   | 0,79%  | 35.068,45           |
|                 | CDB/Letras Bradesco   | 0,77%  | 238.943,19          |
|                 | CDB/Letras Bradesco   | 0,76%  | 32.567,95           |
| <b>Total</b>    |                       |        | <b>4.870.037,44</b> |

(\*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de Caixa por permitir que a qualquer momento, se possa estar resgatando o montante aplicado, sem perda dos juros transcorridos. **3.3. Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) - a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta representam a valores a receber de curto prazo (CP), relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.018/2012, proveniente da parceria entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina com a Secretaria do Estado da Saúde, totalizaram R\$ 11.266.050,16. **3.3.2. Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução nº CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, reafirmado no item 26 da Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins

...continuação  
de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

| Estimativas de Rescisão Contratual | Saldo em 31.12.2016 |
|------------------------------------|---------------------|
| Aviso Prévio indenizado            | 1.284.078,75        |
| Multa 50% FGTS                     | 1.630.029,33        |
| <b>Total</b>                       | <b>2.914.108,08</b> |

**3.4. Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. **3.4.1. Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores, compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente e outros valores a receber, cujo o saldo desta conta em 31.12.2016 é de R\$ 52.711,79. **3.4.2. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.5. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e

#### Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2016

| Descrição                                    | Posição em 31.12.2015 | Aquisição               | Baixa/Transferência        | Posição em 31.12.2016        |
|--|-----------------------|-------------------------|----------------------------|------------------------------|
| <b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>       | <b>1.500.630,34</b>   | <b>272.325,21</b>       | -                          | <b>1.772.955,55</b>          |
| <b>Bens Móveis</b>                           | <b>1.500.630,34</b>   | <b>272.325,21</b>       | -                          | <b>1.772.955,55</b>          |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos    |                       |                         |                            |                              |
| Odontológicos Laboratórios                   | 587.288,91            | 177.655,06              | -                          | 764.943,97                   |
| Equipamento Processamento de Dados           | 321.369,52            | 19.550,00               | -                          | 340.919,52                   |
| Mobiliário em Geral                          | 424.812,25            | 53.373,45               | -                          | 478.185,70                   |
| Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos  | 89.314,68             | 15.223,00               | -                          | 104.537,68                   |
| Aparelhos e Equipamentos Comunitários        | 7.086,55              | -                       | -                          | 7.086,55                     |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos            | 69.108,43             | 6.523,70                | -                          | 75.632,13                    |
| Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto         | 1.650,00              | -                       | -                          | 1.650,00                     |
| <b>Total Imobiliário - Terceiros</b>         | <b>1.500.630,34</b>   | <b>272.325,21</b>       | -                          | <b>1.772.955,55</b>          |
|  |                       | <b>Ajuste Vida Útil</b> | <b>Baixa/Transferência</b> | <b>Posição em 31.12.2016</b> |
| <b>Ajuste Vida Útil de Bens de Terceiros</b> | <b>(775.476,43)</b>   | <b>(155.524,02)</b>     | -                          | <b>(931.000,45)</b>          |
| <b>Bens Móveis</b>                           | <b>(775.476,43)</b>   | <b>(155.524,02)</b>     | -                          | <b>(931.000,45)</b>          |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos    |                       |                         |                            |                              |
| Odontológicos Laboratórios                   | (238.353,64)          | (68.714,14)             | -                          | (307.067,78)                 |
| Equipamentos Processamento de Dados          | (271.156,04)          | (23.401,42)             | -                          | (294.557,46)                 |
| Mobiliário em Geral                          | (200.439,57)          | (45.242,27)             | -                          | (245.681,84)                 |
| Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos  | (34.781,83)           | (10.209,82)             | -                          | (44.991,65)                  |
| Aparelhos e Equipamentos Comunitários        | (2.840,07)            | (708,72)                | -                          | (3.548,79)                   |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos            | (27.561,52)           | (7.082,65)              | -                          | (34.644,17)                  |
| Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto         | (343,76)              | (165,00)                | -                          | (508,76)                     |
| <b>Ajuste Vida Útil de Bens de Terceiros</b> | <b>(775.476,43)</b>   | <b>(155.524,02)</b>     | -                          | <b>(931.000,45)</b>          |

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.7.1. Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

**3.8. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de serviços jurídicos, serviços de arquivos, publicações e manutenções preventivas, Consultoria, Auditoria, e outros. **3.10. Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujos os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente e PIS até o dia 20 do mês subsequente dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior à data limite. **3.12. Provisões de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

| Descrição                     | 31.12.2016   | 31.12.2015   |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Provisão de Férias            | 1.176.397,13 | 1.040.106,28 |
| Provisão de FGTS sobre Férias | 93.991,91    | 83.208,50    |
| Provisão de PIS sobre Férias  | 11.763,92    | -            |

**3.13. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior à data limite. **3.14. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de INSS, ISS, IRPJ e PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores

| Passivo Contingências - 2016 |               |        |            |          |        |            |          |        |
|------------------------------|---------------|--------|------------|----------|--------|------------|----------|--------|
| Cível                        |               |        | Tributária |          |        | Tributária |          |        |
| Provável                     | Possível      | Remota | Provável   | Possível | Remota | Provável   | Possível | Remota |
| 100.000,00                   | 42.738.268,87 | -      | 52.000,00  | -        | -      | -          | -        | -      |

**3.20. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.21. Apuração do Resultado:** Conforme Resolução CFC nº 1305/10 (NBC TG 07 R1) Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios.

equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 1.035.711,86.

| Tipo                                      | Valores em Reais    |                   |
|---|---------------------|-------------------|
|   | 31.12.2016          | 31.12.2015        |
| Materiais Utilizados no Setor de Nutrição | 2.478,04            | 1.391,10          |
| Materiais Utilizados no Setor de Farmácia | 40.592,46           | 55.624,58         |
| Materiais de Almoarifado                  | 992.641,36          | 912.050,55        |
| Empréstimos a Terceiros                   | -                   | -                 |
| <b>Total</b>                              | <b>1.035.711,86</b> | <b>969.066,23</b> |

**3.6. Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmio de seguro de imóvel. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerável suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. **3.7. Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAC LESTE é composto por bens de terceiros. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

| Descrição                                    | 31.12.2016          |                     | Baixa/Transferência | 31.12.2015          |      |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------|
|  | Posição em          | Útil                |                     | Posição em          | Útil |
| <b>Ajuste Vida Útil de Bens de Terceiros</b> | <b>(775.476,43)</b> | <b>(155.524,02)</b> | -                   | <b>(931.000,45)</b> |      |
| <b>Bens Móveis</b>                           | <b>(775.476,43)</b> | <b>(155.524,02)</b> | -                   | <b>(931.000,45)</b> |      |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos    |                     |                     |                     |                     |      |
| Odontológicos Laboratórios                   | (238.353,64)        | (68.714,14)         | -                   | (307.067,78)        |      |
| Equipamentos Processamento de Dados          | (271.156,04)        | (23.401,42)         | -                   | (294.557,46)        |      |
| Mobiliário em Geral                          | (200.439,57)        | (45.242,27)         | -                   | (245.681,84)        |      |
| Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos  | (34.781,83)         | (10.209,82)         | -                   | (44.991,65)         |      |
| Aparelhos e Equipamentos Comunitários        | (2.840,07)          | (708,72)            | -                   | (3.548,79)          |      |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos            | (27.561,52)         | (7.082,65)          | -                   | (34.644,17)         |      |
| Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto         | (343,76)            | (165,00)            | -                   | (508,76)            |      |
| <b>Ajuste Vida Útil de Bens de Terceiros</b> | <b>(775.476,43)</b> | <b>(155.524,02)</b> | -                   | <b>(931.000,45)</b> |      |

de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2016 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 39.920,39 e em 2015 foi de R\$ 36.096,15.

| Descrição       | 31.12.2016       | 31.12.2015       |
|-----------------|------------------|------------------|
| INSS            | 273,52           | 255,49           |
| ISS             | 2.142,71         | 2.137,91         |
| IRRF            | 4.596,59         | 5.040,97         |
| CSLL/PIS/COFINS | 32.907,57        | 28.661,78        |
| <b>Total</b>    | <b>39.920,39</b> | <b>36.096,15</b> |

**3.15. Empréstimos a Funcionários:** A Lei nº 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto ao Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 foi de R\$ 24.147,61. **3.16. Outras Contas a Pagar:** Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da instituição. **3.17. Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução nº CFC 1.305/10 NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais Item 15A e Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou Convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 13.155.618,34 (Treze milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos). **3.18. Empréstimos Materiais de Terceiros:** Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.19. Contingências Passivas (Trabalhista/Cível/Tributária):** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 42.738.268,87 (Quarenta e dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos). Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais).

| Passivo Contingências - 2016 |               |        |            |          |        |            |          |        |
|------------------------------|---------------|--------|------------|----------|--------|------------|----------|--------|
| Cível                        |               |        | Tributária |          |        | Tributária |          |        |
| Provável                     | Possível      | Remota | Provável   | Possível | Remota | Provável   | Possível | Remota |
| 100.000,00                   | 42.738.268,87 | -      | 52.000,00  | -        | -      | -          | -        | -      |

**4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 48.158,13. **4.4. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamen-

tal registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a unidade gerenciada CEAC LESTE recebeu Assistências Governamentais Estaduais, conforme quadro abaixo:

| Contrato nº                | Valor total dos Repasses 2016 |      |
|----------------------------|-------------------------------|------|
|                            | 2016                          | 2015 |
| 001.0500.000.018/2012      | 21.600.000,00                 | -    |
| Termo Aditivo nº 01/2016   | 9.890.617,45                  | -    |
| Termo Reti-Rati nº 02/2016 | 51.188,98                     | -    |
| <b>Total</b>               | <b>31.541.806,43</b>          |      |

**5. Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções nº CFC 1.305/10 Subvenção e Assistências Governamentais e 1.409/12-ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções nº CFC 1.409/12 ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros (Item 11) e CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº CFC 1305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15 A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 32.089.089,11 (Trinta e dois milhões, oitenta e nove mil, oitenta e nove reais e onze centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 30.347.336,95 (Trinta milhões, trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos). Dessa forma se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 1.790.224,06 (Um milhão, Setecentos e noventa mil, duzentos e vinte e quatro reais e seis centavos), esse superávit é reflexo de equilíbrio/redução de custos e despesas. O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "contratos públicos a realizar", até o final da execução do contrato de gestão, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **7. Das Disposições da Lei nº 12.101 e Portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O CEAC LESTE, apresentou a seguinte produção em 2016:

| Tipo de Atendimento              | Total     |
|----------------------------------|-----------|
| SADT Externo (Exames Realizados) | 6.353.392 |

#### 8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão:

##### Relatório de Execução do Contrato - 2016

| Linha de Contratação                          | Contratado | Realizado |
|---|------------|-----------|
| SADT  |            |           |
| Nº de Exames (Análises Clínicas e Patológica) | 6.755.316  | 6.353.392 |

**9. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27.11.2009 alterada pela Lei nº 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 4.076.583,33 (Quatro milhões, setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos). Em 02 de setembro de 2016, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de Empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei nº 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 3.184.035,84. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 2.915.405,96. **9.2. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 892.547,49. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 831.312,87. **10. Trabalho Voluntário:** Em 02.09.2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22. Em 2015, a atividade relativa ao trabalho voluntário representou R\$ 9.028,13. **11. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução nº 1.151/09, que aprova...

|  |   |  |
|--|---|--|
| <p>...continuação<br/>va NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento;</li> <li>• As operações que, em sua essência, representem uma</li> </ul>   | <p>saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução nº 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.</li> </ul> <p><b>12. Seguros:</b> Para atender medidas</p>   | <p>preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.</p> <p><b>13. Exercício Social:</b> Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2016.</p>   |
| <p><b>Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira</b> - Presidente da SPDM</p> <p><b>Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local:</b> Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. <b>Presenças:</b> Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. <b>Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:</b> Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. <b>Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:</b> Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLL), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas</p>  | <p><b>Dr. Francisco Carlos Tavares Alves</b> - Diretor Técnico</p> <p>Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HospitalPedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede-Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD-Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistencial Farmacêutico CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Defi-</p>  | <p><b>Solange Pereira da Silva Castro</b> – Contadora – CRC 1 SP 262509/0-3</p> <p>ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatupé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF),UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.</p>  |
| <p><b>Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:</b> Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC Zona Leste que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:</b> Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações</b></p> | <p><b>contábeis:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e execu-</p> | <p>tamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. <b>Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.</b> Ricardo Roberto Monello - Contador CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.</p> |

## ORIENTAÇÕES PARA ENVIO DAS PUBLICAÇÕES NO CADERNO EMPRESARIAL

As publicações encaminhadas ao Caderno Empresarial necessitam de alguns cuidados técnicos. Veja abaixo algumas dicas para minimizar possíveis erros e garantir a qualidade e fidelidade de sua publicação.

### ARQUIVOS NO FORMATO TXT

No arquivo TXT, enviar somente o texto a ser publicado, deixando de lado endereços, solicitações, autorizações, ou qualquer informação que não deva ser publicada.

Os títulos das matérias enviadas em TXT devem ter as Tags ((NG)) e ((CL)). Para destacar o título do arquivo, insira a tag ((NG)). Ao final do texto em destaque, insira a tag ((CL)). Veja o exemplo.

Comandos: Linha de texto com ((TITULO))comandos de formatação((CL)) automática

Resultado: Linha de texto com **COMANDOS DE FORMATAÇÃO** automática

As tabelas dentro do arquivo TXT devem estar identificadas pela tag ((TABELA)). Seu conteúdo deve estar em texto separado por tabulação.

**IMPORTANTE:** Os arquivos enviados fora do padrão acima não serão publicados.

**www.imprensaoficial.com.br**

SAC 0800 01234 01

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO